
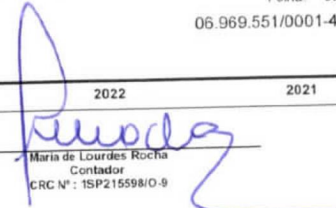


Balço Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2022		
	Folha: 001	
00163 APM DA EMEB VEREADOR JOSÉ AVILEZ	06.969.551/0001-44	
Rua Antnio Serafim Zampieri, 90		
Demarchi - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP		
Descrio	2022	2021
ATIVO	36.641,59 D	36.503,98 D
CIRCULANTE	36.641,59 D	36.503,98 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	36.619,11 D	36.437,02 D
APLICAES FINANCEIRAS C/RESTRIO - GOV MUNICIPAL	17.866,76 D	0,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - CADERNETA DE POUPANEA	17.866,76 D	0,00 D
APLICAES FINANCEIRAS - C/ RESTRIO - GOV FEDERAL	18.752,35 D	36.437,02 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BASICO - CAD POUPANEA	83,13 D	467,41 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BASICO - F INVESTIMENTO	17,38 D	14.353,37 D
BANCO DO BRASIL S/A- PDDE ESTRUT ACCESS - F INV	11.485,50 D	10.618,58 D
BANCO DO BRASIL S/A- PDDE QUAL M ALFABED CON- F INV	7.166,34 D	10.997,66 D
CREDITOS	22,48 D	66,96 D
CREDITOS A RECEBER	22,48 D	66,96 D
OUTROS VALORES A RECEBER	22,48 D	66,96 D
EQUIPAMENTOS - (ELETRD / ELETRONICOS)	4.782,30 D	0,00 D
(-) BENS DOADOS AO MSBC E DE USO EXCLUSIVO	4.782,30 C	0,00 D
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	36.641,59 C	36.503,98 C
CIRCULANTE	36.641,59 C	36.503,98 C
CONTAS A PAGAR	134,95 C	0,00 D
OBRIGAES TRIBUTARIAS - TERCEIROS	134,95 C	0,00 D
ISSQN - FONTE	134,95 C	0,00 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (1)	17.891,04 C	159,34 C
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	17.891,04 C	159,34 C
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORAO - SE	135.626,65 C	110.799,80 C
RENDIMENTOS APLICAO FINANCEIRAS	1.763,20 C	1.619,90 C
(-) RECURSOS APLICADOS	119.498,81 D	112.194,64 D
(-) SALDO DE RECURSO NAO UTILIZADO/DEVOLUO	0,00 D	65,72 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	18.615,60 C	36.344,64 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BASICO	100,26 C	14.728,40 C
ENTRADA DE RECURSOS	4.935,00 C	10.020,00 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCICIO ANTERIOR	14.728,40 C	11.993,96 C
RENDIMENTOS APLICAO FINANCEIRA	1.076,86 C	245,84 C
(-) RECURSOS APLICADOS	20.640,00 D	7.531,40 D
RECURSOS DO GOV FEDERAL - PDDE ESTRUTURA (ACCESS)	11.485,50 C	10.618,58 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCICIO ANTERIOR	10.618,58 C	10.397,52 C
RENDIMENTOS APLICAO FINANCEIRA	866,92 C	221,96 C
RECURSOS DO GOV FEDERAL - PDDE QUALIDADE	7.029,84 C	10.997,66 C
MAIS ALFABETIZAO - REC REPROG EXERCICIO ANTERIOR	2.365,06 C	2.153,85 C
RENDIMENTOS APLICAO FINANCEIRA	751,11 C	211,21 C
ENTRADA DE RECURSOS - EMERGENCIAL COVID 19	0,00 D	744,02 C
EMERGENCIAL COVID 19 - REC REPROG EXERCICIO ANTERIOR	4.804,33 C	4.060,31 C
(-) RECURSOS APLICADOS	3.013,60 D	0,00 D
ENTRADA DE RECURSOS - EDUCAO CONECTADA	0,00 D	3.328,00 C
ED CONECTADA - REC REPROG EXERCICIO ANTERIOR	3.828,27 C	4.434,71 C
(-) RECURSOS APLICADOS	1.705,33 D	3.934,44 D
ROCHA CONTABILIDADE		


 Maria de Lourdes Rocha
 CRC 1SP 215598/0-9

Balço Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2022		Folha: 002
00163 APM DA EMEB VEREADOR JOSÉ AVILEZ	06.969.551/0001-44	
Rua Antnio Serafim Zampieri, 90		
Demarchi - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP		
Descrio	2022	2021
 IRENE DO NASCIMENTO DIR EXECUTIVA C.P.F.: 324.529.128-08	 Maria de Lourdes Rocha Contador CRC N: 1SP215598/0-9	
ROCHA CONTABILIDADE		

Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2022

Folha: 003

00163 APM DA EMEB VEREADOR JOSÉ AVILEZ
Rua Antônio Serafim Zampieri, 90
Demarchi - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

06.969.551/0001-44

Descrição	2022	2021
RECEITAS	144.857,74 C	123.718,09 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	144.857,74 C	123.718,09 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	119.498,81 C	112.194,64 C
GOVERNO MUNICIPAL	119.498,81 C	112.194,64 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	119.498,81 C	112.194,64 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	25.358,93 C	11.523,45 C
GOVERNO FEDERAL	25.358,93 C	11.523,45 C
PDDE BÁSICO	20.640,00 C	7.531,40 C
PDDE QUALIDADE MAIS ALFABETIZAÇÃO	0,00 C	57,61 C
PDDE QUALIDADE EMERGENCIAL	3.013,60 C	0,00 C
PDDE QUALIDADE EDUCAÇÃO CONECTADA	1.705,33 C	3.934,44 C
DESPESAS	144.857,74 D	123.718,09 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	144.857,74 D	123.718,09 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	119.498,81 D	112.194,64 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	119.498,81 D	112.194,64 D
MATERIAIS DIVERSOS	23.239,36 D	19.703,43 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	27.214,03 D	2.667,00 D
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00 C	7.659,92 D
ESTUDO DO MEIO (PASSEIOS)	3.250,00 D	0,00 C
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	6.902,52 D	5.263,80 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	48.375,02 D	63.250,89 D
PREVIDENCIA SOCIAL (CPP)	0,00 C	1.346,50 D
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	10.517,88 D	12.103,00 D
ATIVIDADE EDUC/ ESPORTE/ LAZER - GOV FEDERAL	25.358,93 D	11.523,45 D
PDDE BÁSICO	20.640,00 D	7.531,40 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	15.274,60 D	3.017,13 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÃO	0,00 C	4.514,27 D
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	5.365,40 D	0,00 C
PDDE QUALIDADE - MAIS ALFABETIZ/ ED CONECT/ EMERGENCIAL	4.718,93 D	3.992,05 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	4.718,93 D	3.992,05 D

Demonstração do Saldo Final

Resultado do Período

Superavit do período

0,00


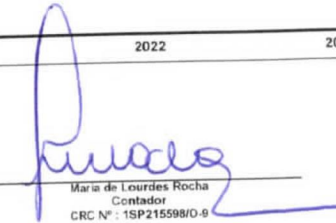

Maria de Lourdes Rocha
CRC 1SP 215598/O-9

Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2022

Folha: 004

00163 APM DA EMEB VEREADOR JOSÉ AVILEZ
Rua Antônio Serafim Zampieri, 90
Demarchi - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

06.969.551/0001-44

Descrição	2022	2021
 IRENA DO NASCIMENTO DIR EXECUTIVA C.P.F.: 324.529.128-08		
 Maria de Lourdes Rocha Contador CRC Nº: 1SP215598/O-9		

ROCHA CONTABILIDADE

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **APM da Emeb Vereador José Avilez** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I – auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II – representar junto à direção do estabelecimento as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III – participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV – realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
- V – auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI – colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII – promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII – programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX – acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
- X – premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI – elaborar plano anual de atividades integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua Antônio Serafim Zampieri, 90 – Jardim Vaidíbia CEP 09890-050, no Estado de São Paulo.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 - ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço.
- c) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 5ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) **Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Pública Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

6 – SUBVENÇÕES E/OU CONVENIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, a tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

7 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022.


Irene do Nascimento
Diretora Executiva


Maria de Lourdes Rocha
CRC 1SP215598/O-9